



SETEMBRO AMARELO 10/09 -Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio
Se precisar, peça ajuda!

Sindipetro RJ Filiado à **FNP**
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

21 3034-7300
21 99700-2564
sindipetro.org.br
contato@sindipetro.org.br
ACESSE NOSSAS MÍDIAS

ANO 7 - Número 354 - 10 de setembro de 2024



MOBILIZAÇÃO NA UMS

Petrobrás pratica retaliações e põe UMS Búzios em risco



Técnicos de Segurança permanecem mobilizados! Medida da empresa é antissindical e demonstra desacordo com os princípios, política e diretrizes de Segurança do E&P

No domingo (08/09), três Técnicos de Segurança lotados nas Unidades de Manutenção de Segurança (UMS) na Unidade Búzios foram surpreendidos com aviso da Petrobrás de que fariam desembarque aleatório e arbitrário na segunda (09/09).

Os três estavam trabalhando dentro de seus regimes e escalas de trabalho e a Petrobrás decretou que eles estão em greve. Um contrassenso!

A empresa enviou e-mail para os três trabalhadores, explicitando que a motivação do desembarque forçado era devido à adesão ao movimento grevista, quando houve, na verdade, paralisação somente nos serviços noturnos. Inadmissível!

O Setor Jurídico do Sindipetro-RJ já está debruçado sobre a questão e irá atuar de forma contundente.

Cumprimento do ACT - Os Técnicos de Segurança estão reivindicando a implementação da mudança do atual regime de Sobreaviso para o Turno Ininterrupto de Revezamento (TIR), de acordo com a cláusula 52 do ACT vigente.

Cansados de esperar medidas da empresa, os Técnicos de Segurança da UMS Búzios pararam de realizar somente as atividades noturnas (a partir das 18h) no dia 07/09.

Intransigência - Há dois anos, o Sindicato vem tentando negociar solução para o problema com as gerências locais, assim como enviou ofícios à empresa, sem obter respostas.

Em reuniões com o RH na semana passada, a empresa não reconheceu o TIR para todos, nem se dispôs a pagar pelo retroativo acumulado desde o início de 2023. E apenas se comprometeu a enviar uma minuta da sua proposta no final deste mês.

Insegurança a bordo - Ao desembarcar três profissionais experientes, a Petrobrás desestabilizou a ambiência reduzindo a equipe, acarretando mais trabalho para quem ficou a bordo.

As equipes de contingência que foram embarcadas pela Gerência não possuem conhecimento e experiência necessários para o correto assessoramento nas liberações de serviços de alto potencial de risco nas áreas operacionais das plataformas.

E pior, entre os que estão a bordo são petroleiros de 1º embarque, novos petroleiros recém-contratados, que estão sendo tutorados justamente pelos mais experientes que foram forçados a desembarcar!

Portanto, qualquer acidente que ocorra será responsabilidade da Gerência!

PETROBRÁS, CADÊ SEUS COMPROMISSOS AMPLAMENTE DIVULGADOS PARA TODA A SOCIEDADE DE QUE “AS PESSOAS SÃO IMPORTANTES”?

Terceirizados da hotelaria deflagram greve em plataformas

O Sindipetro-RJ apoia o movimento dos trabalhadores da empresa LC que entraram em greve na segunda (09/09) por aumento salarial, vale-alimentação, segurança no trabalho, fim do assédio, entre outras reivindicações. Leia mais:



LEI DA ANISTIA FAZ 45 ANOS E PETROLEIROS AINDA LUTAM POR REPARAÇÕES

Muitos que trabalhavam na Petrobrás no período de exceção na ditadura empresarial militar entre 1964 e 1988, e que foram vítimas de perseguição política até hoje não obtiveram reparação



Em Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal no dia 27/08, proposta por entidades de classe, como sindicatos, entre outras organizações da sociedade, houve uma reflexão sobre os efeitos da Lei da Anistia ao longo de mais de quatro décadas.

O movimento pela Lei da Anistia começou em 1975 com uma forte mobilização de mulheres que organizaram um manifesto que se espalhou pelo Brasil. Foram libertados mais de 100 presos políticos e cerca de dois mil exilados que puderam voltar para o Brasil.

Mas, a Lei promulgada ainda no regime da ditadura provocou controvérsias ao conceder perdão a todos os envolvidos em crimes políticos con-

xos, incluindo agentes da repressão que cometeram sequestros, torturas e assassinatos.

Ao longo do tempo, a Lei da Anistia nº 6.683, geral e irrestrita, sofreu uma série de modificações com a criação da Lei nº 10.559/2002, que tinha por objetivo atualizar a antiga lei, determinando reparação econômica, readmissão ou a promoção na inatividade para servidores públicos punidos por adesão à greve em serviços público e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional por motivo político, entre outras situações de ausência de direito de defesa.

“É essencial refletirmos sobre o legado da Lei e seus impactos na sociedade. A Anistia representou um passo fundamental para a redemocratização do Brasil, mas também trouxe consigo desafios não resolvidos, principalmente no que diz respeito à memória, à verdade e à justiça para as vítimas da repressão. E a Petrobrás tem por obrigação liberar o acesso de seus arquivos para o empregado que busca enquadramento na Lei de Anistia”, afirma Fabíola Mônica, diretora do Sindipetro-RJ e da FNP, que compareceu ao evento representando o Sindipetro-RJ e a categoria petroleira.

Leia mais, acessando o QR-Code:



RESUMO DA REUNIÃO MENSAL DE APOSENTADOS - SETEMBRO

Sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Quadripartite PEDs Petros - formada pelas entidades FNP, FUP, Conttmaf e AM-BEP e pela Petrobrás, Petros e órgãos de controle (SEST e Previc) - o secretário-geral da FNP, Adedson Costa criticou a lentidão do processo de discussão e das burocracias existentes, pois cada órgão de controle analisa de forma detalhada as propostas apresentadas pelas entidades para emitir relatórios de análise do que foi apresentado. Segundo ele, a SEST está prestes a divulgar um novo documento. Para o diretor da FNP e do Sindipetro-RJ, Vinícius Camargo, conselheiro deliberativo da Petros, eleito pelos trabalhadores, há muitas discussões ainda a serem feitas no processo de trabalho da Comissão.

O diretor Roberto Ribeiro informou sobre sua participação, junto com o diretor Jorge Rosa, da

Audiência Pública sobre Previdência Social no dia 21/08 na Câmara Federal de Deputados, quando foram discutidas mudanças na Previdência brasileira que podem aumentar a renda dos aposentados e pensionistas. E chamou a atenção de todos os petroleiros para que fiquem atentos com o cenário de reforma. “Temos colegas aposentados e pensionistas que dependem muito de suas aposentadorias do INSS”, disse Roberto Ribeiro.

Foi feito ainda alerta com relação aos golpes. Nenhum advogado do Sindicato solicita valores para liberação de alvarás, mandados ou similares. Em caso de qualquer suspeita, entre em contato imediatamente através dos canais oficiais do Sindicato.

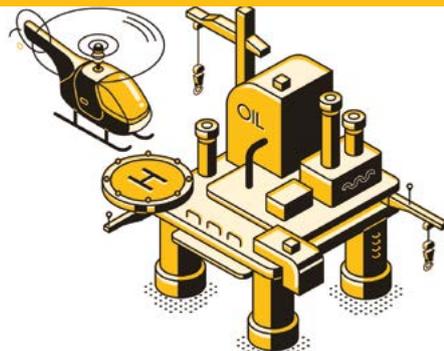
Nos informes do setor Jurídico do Sindicato, foram repassadas atualizações sobre as várias ações que envolvem mais diretamente os aposentados.

A PRÓXIMA REUNIÃO MENSAL - 01/10 será realizada após Ato no EDISEN, às 12h30, para marcar os 21 anos de implementação do *Estatuto do Idoso* e denunciar as perdas históricas dos aposentados e pensionistas petroleiros conforme indicou Relatório encomendado pela FNP ao Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibepe).

ABAIXO-ASSINADO CONTRA DEMISSÕES POLÍTICAS NA ACTEMIUM

Nos últimos meses, os empregados da empresa que trabalham em plataformas da Petrobrás têm se organizado e reivindicado melhores condições de trabalho. Para atacar a legítima organização dos trabalhadores, a Actemium demitiu três trabalhadores com o objetivo de que não haja luta.

Em assembleia realizada no dia 03/09 pelo Sindipetro-RJ, os trabalhadores decidiram realizar um **ABAIXO-ASSINADO** e entrar em estado de greve. Acesse o QR-Code e assine agora contra a greve perseguição que ataca a legítima organização dos trabalhadores:



INFORME JURÍDICO

AÇÃO APT AGUARDA DECISÃO JUDICIAL - Há um mês, a decisão do Judiciário foi favorável ao Sindicato sobre a ação (0100710-84.2024.5.01.0082) que visa impedir que a Petrobrás desconte os valores pagos a título de Adicional Provisório de Transferência (APT) dos empregados transferidos para a sede da Gerência Executiva da Exploração, situada no município do Rio de Janeiro, base do Sindipetro-RJ, durante a pandemia de COVID-19.

A Petrobrás opôs Embargos de Declaração visando restringir o alcance da sentença e, atualmente, o processo está aguardando a decisão do juiz.

AÇÃO DESCONTOS GREVE CNCL - O Ministério Público do Trabalho emitiu, no dia 02/09, parecer favorável ao ressarcimento de descontos praticados pela Transpetro e também ao pagamento de indenizações por danos morais coletivos e individuais ocasionados pela empresa. O parecer integra a ação movida pelo Sindipetro-RJ (0100208-06.2023.5.01.0075).

A greve em questão foi em 2022 quando a empresa tentou extinguir o Adicional da Mestra Nacional, retirando-o do ACT. Devido à greve, o Adicional foi mantido.

SINDIPETRO-RJ AVANÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PCCS

Os especialistas do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAE-SE), contratado pelo Sindicato para auxiliar na construção de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) pelos trabalhadores, concluíram a análise da pesquisa que foi lançada pelo Sindipetro-RJ para colher informações com a categoria.

Para analisar o conjunto de propostas dos seus sindicatos filiados para o novo PCCS, a FNP vai realizar Seminário Nacional nos próximos dias 23 e 24/09 no Rio de Janeiro.

REUNIÕES SISTEMÁTICAS

Após as pressões da FNP para que a Petrobrás formasse comissão específica para discutir PCCS, conforme acordado durante o ACT 2023-2025,

começaram a acontecer as reuniões entre o RH e as representações sindicais.

Então, já aconteceram duas reuniões com a Controladora, que apresentou extenso material com dados importantes sobre os empregados próprios para o estudo e a construção do novo PCCS.

A FNP tem destacado a importância do conhecimento sobre os dados relativos aos terceirizados e cobrou levantamento sobre cargos e seus respectivos quantitativos.

Na próxima reunião, nesta quinta (12/09), serão apresentados os dados das subsidiárias.

Veja o vídeo com a diretora da FNP e do Sindipetro-RJ, Ana Paula Baião, e acompanhe as publicações da Comunicação do Sindipetro-RJ:



FNP vai realizar Seminário Nacional nos dias 23 e 24/09



Por um PCCS construído pelos trabalhadores!

SINDIPETRO-RJ REALIZA ATO CONTRA LEILÕES DE PETRÓLEO E GÁS DURANTE AUDIÊNCIA NA ANP



No dia 03/09, os petroleiros estiveram em frente à sede da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), protestando durante audiência pública que ampliou facilidades e revisou contratos de concessão para impulsionar a realização de leilões.

A audiência virtual com transmissão ao vivo pelo YouTube tratou da oferta permanente, modalidade em que as empresas não precisam esperar uma rodada tradicional para arrematar um bloco, criada para beneficiar os compradores.

Assim, estarão disponíveis 404 blocos, sendo 54 em terra e 350 em mar, dispostos em 12 bacias sedimentares.

Além de ampliar as áreas em oferta, houve simplificação regulatória e fomento das vendas com a

aplicação de critérios socioambientais mais frouxos, a exclusão de pagamento de taxa de participação e a possibilidade de a licitante apresentar garantia sem declaração de interesse, entre outros benefícios aos compradores.

AGÊNCIA ANTINACIONAL

No ato, também houve protestos contra a continuidade da mesma gestão privatista nomeada por Bolsonaro.

O atual governo se mostra complacente com esse entreguismo ao manter essa diretoria na ANP, sem sequer mudar as diretrizes da Agência.

A diretora da Agência, por exemplo, que conduziu a audiência, Symone Christine de Santana Araújo foi nomeada em novembro de 2020 por Jair Bolsonaro e tem mandato até 27 de dezembro deste ano.

SUBDESENVOLVIMENTO PERMANENTE

Enquanto o governo facilita a venda de petróleo a grupos privados, a Petrobrás reduz investimentos em exploração. Entre 2017-2021, foram 63%! E, no primeiro trimestre deste ano, a queda foi de 5,7% só no Nordeste comparada à média do mesmo período em 2023.

Vale lembrar que a maioria das transnacionais que exploram petróleo no Brasil exportam quase tudo, deixando um rastro de subdesenvolvimento permanente para o Brasil, enquanto outros países se beneficiam da riqueza brasileira.

É hora da campanha “Todo o petróleo e gás têm que ser nosso!” ser reativada com a participação de toda a sociedade!

Acesse o QR-Code e assista ao vídeo com os diretores do Sindipetro-RJ e da FNP e compartilhe:



CONTRA O GENOCÍDIO NA PALESTINA

UM BILHÃO DE REAIS

PARA DEFESA:

36

obuseiros*
e o financiamento do genocídio em Gaza

PARA SAÚDE:

SALÁRIO DE **315.326** ENFERMEIROS

946 APARELHOS DE TOMOGRAFIA

6.460 APARELHOS DE MAMOGRAFIA

31.900 MÁQUINAS DE HEMODIÁLISE

PARA A EDUCAÇÃO:

SALÁRIO DE **236.500** PROFESSORES

1.254.000 MERENDAS ESCOLARES

946.000 COMPUTADORES

4.730.000 ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL:

94.600 MÁQUINAS DE BRAILE

1.573.000 BOLSAS-FAMÍLIA

5.500 MINHA CASA, MINHA VIDA

ASSENTAMENTO DE **2.200** FAMÍLIAS PELA REFORMA AGRÁRIA

O BRASIL DEVE PARAR COM TODOS OS NEGÓCIOS REALIZADOS COM ISRAEL!

- A campanha do Movimento BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) mostra o que o Brasil poderia fazer com R\$ 1 bilhão, mesmo valor que o Ministério da Defesa e do Exército usaria para comprar 36 obuseiros (canhão lança-mísseis) da empresa israelense Elbit Systems. A compra está suspensa.

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

www.sindipetro.org.br | Telefone: 21 3034-7300

Sede: Av. Passos, 34 - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP 20051-040

Redação: André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Rosa Maria Corrêa (MTb 15.814-RJ)

Edição: Rosa Maria Corrêa (MTb 15.814-RJ) | Secretaria: Gabriel Carlos Cassiano

Designer Gráfica: Adriana Gulias | Estagiário: Victor Saad

Impressão: 3 Graph | Tiragem: 10.500